

MÍRIAM LEITÃO

oglobo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Duas Casas de costas para o país

O Congresso virou de costas para a sociedade nesta eleição. Enquanto o país está sendo devastado pela pandemia, atingido pela desastrosa gestão da crise, açoitado pelas ofensas do presidente Bolsonaro, a Câmara e o Senado, como se estivessem em outro planeta, negociavam com olhos em outras questões. Houve ecos, alguns poucos, do que realmente aflige o Brasil, mas o que pavimentou o caminho dos candidatos governistas foram verbas e cargos. Os eventos da sucessão no Congresso terão reflexos na política e na economia.

Na política, houve uma mudança de curso importante, diz o cientista político Jairo Ni-

colau. O governo Bolsonaro aderiu nesta eleição à construção de uma maioria com base em partidos. Isso significa uma reversão daquela ideia inicial, fracassada por inviável, de ignorar os partidos e fazer acordos com as bancadas. É um equívoco avaliar que houve agora a adesão de Jair Bolsonaro ao centrão, ao fisiologismo e à velha política. Ninguém adere ao que sempre foi. Esse é o seu grupo. Bolsonaro é o que ele definia como “velha política”. Pensou que poderia costurar alianças diretamente com as bancadas temáticas. Não deu certo, porque não daria mesmo.

Bolsonaro fez explícita intervenção no Congresso para, desta forma, afastar o fantasma do impeachment. No Senado, conseguiu um feito impressionante. O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) foi eleito com convincente maioria, juntando votos dos seguidores de Bolsonaro e dos partidos de esquerda. Pacheco conseguiu também tirar do maior partido, o MDB, a presidência da Casa. E o fez com apoios do próprio MDB, que abandonou sua candidata Simone Tebet. Pacheco falou em pacificação, sendo o candidato de um presidente que fez do mote da campanha o gesto de armas apontadas. E elas têm atirado.

A equipe econômica via o dia de ontem como uma vitória que permitirá que ela siga com a sua pauta de reformas. O problema é

que são reformas de Itararé. As propostas feitas são fracas e não terão impacto fiscal importante. E a tendência é agora de aumento de gastos, por vários motivos.

Uma das fontes de despesa serão os compromissos assumidos com os deputados e senadores que frequentaram a sala do ministro Luiz Eduardo Ramos, onde foi instalado um balcão de negócios que custarão bilhões de reais. Havia outros balcões em outros ministérios. Em alguns deles se ofereceu recursos não rastreáveis porque extraorçamentários. Essa farra deu ao governo a vitória e uma conta para pagar.

O Congresso vai também aprovar uma nova etapa do auxílio emergencial. Os quatro candidatos que disputaram ontem falaram isso nos seus discursos. Como a pandemia não acabou, e até piorou, ao contrário do que a equipe econômica acreditava que estaria acontecendo neste momento, será necessário mesmo. Já deveria ter sido proposto pela própria equipe.

Não haverá contrapartidas suficientemente fortes para esse novo gasto. A PEC emergencial tem vários gatilhos para serem disparados em momento em que for preciso con-

ter gastos. Mas o governo desidratou a proposta que havia sido inicialmente formulada pelo deputado Pedro Paulo, como lembrou ontem em conversa com o blog o economista Sérgio Vale. Um dos pontos é o não aumento dos benefícios vinculados ao salário mínimo, porém isso só poderá ser acionado no ano que vem, porque neste já foram corrigidos.

Das outras reformas, de que o mercado financeiro e a equipe econômica tanto falam, a administrativa foi esvaziada pelo presidente antes de ir para o Congresso, a tributária foi ignorada pela própria equipe que mandou apenas a fusão de PIS e Cofins. A privatização da Eletrobras, o novo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, diz que é contra.

É da natureza do centrão ser governista. Foi nos governos Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer. Mas seu apoio é negociado a cada projeto e seu preço costuma ser alto. Curta e baixa é a sua lealdade. No racha do DEM, uma parte voltou à sua natureza de centro fisiológico, abandonando a ideia de ser centro programático entre polos. O PSDB, com raras exceções, ficou no muro onde sempre esteve.

É da natureza do centrão ampliar gastos. Portanto, a vitória de ontem de Bolsonaro foi mais uma derrota para a equipe econômica. O pior, contudo, foi essa dissonância entre o sofrimento do país e os acordos opacos feitos pelo Congresso.

BNDES vai devolver R\$ 38 bilhões ao Tesouro Nacional

Antecipação busca ajudar o governo a reduzir dívida, mas especialistas dizem que efeito nas contas públicas é limitado

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) anunciou ontem que fará a devolução antecipada de R\$ 38 bilhões ao Tesouro Nacional. O pagamento ainda não tem data para ser feito. Fontes avaliam que isso só será definido no fim de março, enquanto são feitos os trâmites legais necessários.

Em comunicado, o BNDES disse que a decisão mantém a sequência de amortizações antecipadas de dívidas com a União que vêm sendo feitas, “levando em consideração o planejamento financeiro e a governança do banco, fundamentada em análises de liquidez, fluxo de caixa, riscos e jurídica”.

A antecipação tem como objetivo ajudar o governo a reduzir a dívida pública, que disparou com a pandemia e terminou o ano perto de 90% do PIB, e não amplia os recursos disponíveis para gastos do Tesouro. Por isso, a operação divide especialistas.

O economista especializado em contas públicas Raul Velloso criticou a medida diante da crise econômica gerada pela pandemia. Para ele, o momento é de ampliar gastos, como vários países estão fazendo no mundo, em vez de priorizar a agenda fiscal: — O ajuste fiscal, neste

momento em que se fala sobre a prorrogação ou não do auxílio emergencial, é um discurso desnecessário. A última coisa que a gente precisa se preocupar agora, neste momento de guerra, é com as contas do governo.

SALDO DE R\$ 160 BILHÕES

Para Velloso, o BNDES precisa dar mais detalhes sobre como a devolução antecipada desses recursos pode afetar a capacidade do banco de oferecer crédito para estimular investimentos:

— Não há muita clareza sobre esses valores, se eles seriam usados para algum tipo de operação que acabou não sendo mais necessária. Esses recursos deveriam estar sendo direcionados para ativar a economia.

Já o economista Istvan Kasznar, professor da Ebape/FGV, avalia que essa antecipação é uma medida financeira necessária mediante o tamanho do déficit do governo, entre 3,5% e 4% do PIB. Ele, no entanto, ressaltou que R\$ 38 bilhões não vão resolver as contas públicas, já que a dívida do país ultrapassou R\$ 5 trilhões em 2020. Ainda assim, pode ajudar na composição com a antecipação de pagamentos de outros bancos públicos ao Tesouro, avalia:

— Cabe ao BNDES entregar ao Tesouro os resultados de seu superávit e sinalizar a

capacidade de pagamento. Estamos em uma grave crise fiscal, reflexo da pandemia. Espera-se que outros bancos sigam o BNDES. Esse é o indicativo correto.

Para o economista, somente um país com as contas equilibradas pode pensar em elevar investimentos com recursos públicos:

— Isso é essencial para facilitar políticas em saúde, na área educacional e em infraestrutura.

De acordo com a nota, o saldo remanescente das dívidas (antes do pagamento anunciado) entre o BNDES e o Tesouro é de aproximadamente R\$ 160 bilhões, “além do instrumento especial de capital próprio (IECP) no montante de R\$ 36 bilhões”.

Desde 2016, o BNDES vem fazendo devoluções antecipadas de contratos de empréstimos fechados entre o banco e a União. Esses recursos foram usados, ao longo dos governos Lula e Dilma, para reforçar a estrutura de capital do banco e ampliar sua capacidade de oferecer crédito subsidiado.

Os contratos de longo prazo tinham como objetivo garantir ao banco recursos para conceder empréstimos longos em condições especiais para incentivar investimentos ou reforçar empresas de setores considerados estratégicos por meio da compra de participações societárias.



Amortizações. Sede do BNDES, no Centro do Rio: desde 2016, banco já devolveu ao Tesouro cerca de R\$ 409 bilhões



“Não há muita clareza sobre esses valores, se eles seriam usados para algum tipo de operação que acabou não sendo mais necessária. Esses recursos deveriam estar sendo direcionados para ativar a economia”

Raul Velloso,
economista

“Isso é essencial para facilitar políticas em saúde, na área educacional e em infraestrutura”

Istvan Kasznar,
economista

Essa ação ficou conhecida como destinada a criar “campeões nacionais”. Com o fim do governo Dilma e a crise fiscal do país, esses montantes começaram a ser devolvidos antecipadamente no governo de Michel Temer.

VENDA DE AÇÕES

No total, já foram devolvidos R\$ 409 bilhões. Só em 2019, foram R\$ 123 bilhões, sendo R\$ 100 bilhões em empréstimos antecipados. Em 2020, com a pandemia, o BNDES suspendeu esses repasses, justificando que concentraria esforços em medidas para combater efeitos da Covid-19.

Em paralelo, ao longo de 2020, o BNDES também se desfez de parte de suas ações em empresas privadas. Levantou R\$ 47 bilhões com a venda de participações em grandes companhias, como Petrobras e Vale, o equivalente a mais da metade da meta estipulada pe-

lo banco para ser cumprida até o fim de 2022.

O BNDES também afirmou no comunicado que recebeu um ofício do Tribunal de Contas da União (TCU) afirmando haver irregularidade nos empréstimos concedidos pelo Tesouro a instituições financeiras controladas, inclusive o BNDES, por meio da emissão direta de títulos públicos. O tribunal deu prazo de 60 dias para que o Ministério da Economia, junto com as instituições financeiras federais, lhe enviem um cronograma detalhado de devolução dos valores à União.

“Análises adicionais acerca do cronograma solicitado pela recente decisão do TCU serão efetuadas ao longo das próximas semanas, e eventuais informações relevantes serão divulgadas tão logo aprovadas nas alçadas competentes do banco”, afirmou a nota do BNDES.

Carnê-Leão já pode ser preenchido pela internet

Desde ontem o sistema de recolhimento mensal obrigatório está disponível para utilização on-line no site da Receita Federal

LETYCIA CARDOSO
letydia.cardoso@extra.inf.br

A partir deste ano, para registrar os rendimentos e gerar o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), não é mais ne-

cessário que o contribuinte baixe o programa ou o aplicativo para celular do Carnê-Leão. O sistema de recolhimento mensal obrigatório já está disponível para utilização on-line para o ano-calendário 2021.

São obrigados a fazer o recolhimento mensal do Carnê-Leão os contribuintes pessoas físicas, residentes no Brasil, que receberem rendimentos de outra pessoa física ou do exterior. Geralmente, referem-

se a pensão alimentícia ou pagamentos a trabalhadores sem carteira assinada, como autônomos e profissionais liberais. A modalidade serve, também, para quem quer recolher sobre rendimentos decorrentes

de aluguel de imóveis.

O Carnê-Leão, portanto, é uma forma de recolhimento mensal e obrigatória de operações sobre as quais o governo não tem controle sobre a fonte pagadora. Ou seja, as operações cujo valores não

têm tributação na fonte. Assim, é possível controlar a tributação sobre esses rendimentos e manter os contribuintes em dia com o Fisco.

Para usar o novo sistema, basta acessar o Centro Virtual de Atendimento (Portal e-CAC), disponível no site da Receita Federal e selecionar o serviço “Meu Imposto de Renda”. Em seguida, clicar em “Declarações” e, depois, em “Acessar Carnê-Leão”.